

Adão: o conhecimento antes e depois da queda!

Paulo Faitanin - Depto. Filosofia UFF



Adão

1. Introdução: Há duas dimensões cognitivas em Adão: uma antes da queda e outra depois da queda. Qual a diferença entre a condição cognitiva de Adão e de Cristo? Para responder isso, é oportuno considerar a condição de conhecimento do primeiro homem, Adão, tendo em vista que Cristo é o Novo Adão. Para Tomás, em qualquer caso, há de distinguir em Adão o modo de conhecimento antes da queda e depois da queda. Antes da queda, o conhecimento adâmico era reto, certo e verdadeiro, porque ele estava ordenado perfeitamente, em todo o seu ser, para conhecer a verdade, além de ter o conhecimento de todas as coisas [Tomás de Aquino, S. *STh.* I, q. 94, a. 3, c; *In II Sent.* d. 23, q. 2, a. 2, c; *De veritate*, q. 18, a. 6, c]. Isso em nada limita a sua liberdade de decidir pela mentira, como ocorreu. Depois da queda, o conhecimento adâmico foi encaçado no erro, na malícia e no engano, sendo necessário o reto uso dos primeiros princípios do conhecimento para evitar o erro e conhecer a verdade [Tomás de Aquino, S. *STh.* I, q. 94, a. 4, c; *In II Sent.* d. 23, q. 2, a. 3, c; *De veritate*, q. 18, a. 6, c].

2. Conseqüências: É preciso destacar que, com a queda, Adão não perdeu a capacidade de conhecer a verdade, mas tornou-se difícil conhecê-la por sua própria força e capacidade, sem o reto uso daquilo que em sua natureza representava, a modo de imagem e semelhança, a lei de Deus inscrita no homem, por cuja, a natureza intelectual do homem se orientava ao conhecimento da verdade. No intelecto humano encontrava-se inscrito, desde a sua criação, aqueles princípios que norteavam o conhecimento. Por *princípio* entende-se, aqui, aquilo de que algo procede e que contribui para a produção e demonstração de qualquer coisa [*STh.* I q. 33, a. 1, c]. Eis os princípios inscritos no intelecto: princípio da *veracidade* e da *beneficência*, ambos derivados dos primeiros princípios do conhecimento. O livre afastamento de Deus causou a desordem das faculdades inferiores, em especial da apetitiva sensitiva, como a concupiscível e irascível. Acrescenta-se a isso, como causa externa desta desordem, a atuação sugestiva daquele que deseja o homem longe da verdade e do bem.

3. Faculdades: A imaginação e as paixões não se encontrando a serviço da vontade, mas ao ordenamento do prazer que poderiam proporcionar ao corpo, passou a determinar a vontade, que passou não seguir mais à

iluminação do intelecto, no reto uso dos seus princípios, mas a seguir a orientação dada pela sensação prazerosa que o sentido externo proporcionava ao órgão do sentido, pela imaginação que o sentido interno formava na alma e pela paixão ou movimento espontâneo que tal sensação e imaginação causavam na alma, na medida em que não mais orientavam o intelecto para o conhecimento do que fosse verdadeiro, mas ao corpo a evitar a dor e buscar de modo incessante o prazer. Esta desorientação causou uma demolição da estrutura de operação da natureza do homem. Ora, se são pelas obras que se conhecem os frutos de uma natureza, maior dano não poderia ter sido causado à natureza humana de que não poder manifestar por suas obras aquilo que nele designava a mais nobre orientação dada por Deus ao homem. Em certo sentido, pode-se dizer que a culpa original causou na natureza humana uma desestrutura da original hierarquia e harmonia estabelecidas por Deus.

4. Graça e natureza: Sabe-se que, com a vitória de Cristo sobre a desordem da concupiscência, foi dada ao homem a capacidade de, a partir de sua natureza e dos princípios originalmente nelas inscritos, com o auxílio da graça, recobrar o caminho do conhecimento da verdade e da propensão de fazer o bem. Contudo, a graça não obriga, senão que fortalece a orientação daqueles princípios originários. Por isso, se diz que a graça supõe a natureza e, por esta mesma razão, o homem permanece ainda livre para fazer ou não o bem, procurar ou não a verdade, mas isso não mais por não ter sido ‘paga’ a conta da desordem, mas pela conseqüência da fraqueza instaurada pela desordem, por sua vez, conseqüente, como pena, da culpa original. Em síntese, a expiação de Cristo não eliminou a pena, senão a culpa. Sabe-se pela Tradição que em Cristo eliminou-se do homem o compromisso de restituir o que sua ação culposa privou de sua própria natureza pela aversão a Deus. Isto foi feito por Cristo, que o fez sem obrigação, já que a culpa não era sua, mas o fez por amor, restituindo à natureza humana seu ordenamento originário a Deus. Cristo restitui à natureza a ordem originária, pagando pela culpa original que a havia desordenado. Mas sua redenção não eximiu o homem de assumir as penas conseqüentes da culpa originária.

5. A ignorância: Uma conseqüência penal da culpa original foi a de o homem, apesar da ação de Cristo, permanecer na *ignorância* ou no erro, seja por sua vontade livre ou mesmo pela inércia dos homens no auxílio e cooperação mútua da comunicação da verdade. Como em Cristo, o homem é chamado a conhecer e comunicar a verdade, auxiliando aos demais, no que for possível, a encontrar o caminho que conduz à verdade e à vida. Neste aspecto,

a atuação expiatória de Cristo exige do homem o esforço necessário para atuar na busca da verdade e do bem. Não que Cristo não pudesse libertá-lo das penas e restituir-lhe a ordem plena originária. Quis contar com a nossa liberdade, ou seja, conosco, em Sua cumplicidade para que fôssemos resgatados, mesmo porque a ação humana de afastar-se de Deus, nas origens, supôs igualmente uma ação livre. E isso justifica a famosa sentença que diz que se Deus te criou sem ti, agora já não mais te salvará sem ti, ou seja, sem a tua livre cooperação, tendo em vista que não faltará à natureza a força necessária da graça para que, atuando sobre aqueles princípios, possa o homem, por seu intelecto, conhecer a verdade e fazer o bem, embora permaneça, como conseqüência penosa, a desordem da concupiscência sentida por nossas faculdades sensíveis externas e internas. Então, é preciso levar em conta que a expiação de Cristo supõe o compromisso do esforço humano que na matéria do conhecimento da verdade deve dispor e colocar os meios necessários para sua consecução.

6. Sentidos: Nossos sentidos externos, embora estejam ordenados para os seus objetos próprios, buscaram-nos mais pelo prazer do que pela verdade e bem que possam causar à natureza sensível do homem, razões que originalmente impulsionam o intelecto e, por conseguinte, suas faculdades inferiores. Com o pecado original os sentidos não deixaram de se orientarem aos seus objetos próprios, mas deixaram de procurar neles a verdade e o bem que constituíam a orientação original do intelecto norteadas por princípios que participam das perfeições divinas e que foram inscritos em sua natureza, desde sua criação. Neste contexto, não urge saber qual seja o objeto próprio de cada sentido. Isto a ciência sabe. Urge saber qual o seu papel na gênese do conhecimento, bem como pode, a partir dele, gerar um conhecimento verdadeiro ou falso. Parece-nos que não há problema algum que o olho veja a cor, que o ouvido ouça o som etc. Isso é natural e o pecado original não destruiu a natureza, senão que a perverteu. Então, porque não conhecemos a verdade ou sentimos dificuldade de conhecê-la? Obviamente não é por causa do fato de que o olho veja a cor da rosa e alegre-se o sentido da visão com isso. Não há problema algum nisso, pois isso é natural na condição cognoscitiva do homem antes e depois da queda.

7. Intenção: O que houver, estará por trás do ver, ou melhor, antes que o olho veja a rosa, como a intenção que o orienta a ver, segundo um ou outro modo, conforme uma ou outra finalidade: embora o ver a cor rosa da flor seja um dado objetivo da relação fisiológica olho-luz, reveste de intenção o olhar do conhecimento, pois num mesmo dado objetivo da relação olho-luz, um é o

olhar que vê na cor da flor a intenção de sua traição e outro é o que vê na cor da flor a intenção de sua fidelidade. Por isso, a intenção vale-se objetivamente dos dados sensíveis fornecidos pelo objeto sensível para incrementar o bem ou o mal uso do objeto e do conhecimento que se tenha dele. O papel da gnosiologia não se restringe só à análise objetiva do conhecimento, mas também de sua intenção moral, já que é segundo esta mesma intencionalidade que se alcança a verdade. Sobre isso reside o valor objetivo do conhecimento: o conhecimento tem valor, porque produz uma representação verdadeira da coisa conhecida [Tomás de Aquino, S. *In IV Met.* lec. 14-15] e esta pode, segundo uma intencionalidade livre, como uma virtude, verter-se em ensino ou aprendizagem da verdade ou como um vício, verter-se num modo de escravidão e falsidade.

8. Certeza e moralidade: E esta representação é *certa* porque se pautava nos primeiros princípios do conhecimento, que são verdadeiros e evidentes em si mesmos e não erram no julgamento daquilo a que estão ordenados, na medida em que não cometem a contradição [Tomás de Aquino, S. *In IV Met.* lec. 6]. E se acaso incidir no erro não o faz por má orientação de tais princípios, mas por sua má utilização, como por malícia ou por ignorância ou mesmo por causa da complexidade do objeto, ao errar quando julga [Tomás de Aquino, S. *In II Sent.* d. 5, q. 1, a. 1, ad. 4], por ser o objeto conhecido maximamente dessemelhante da natureza do cognoscente e não participar dos seus princípios [Tomás de Aquino, S. *STh.* II-II, q. 53, a. 3-4] ou por causa da paixão, pois esta pode induzir o intelecto ao erro no juízo [Tomás de Aquino, S. *In II Sent.* d. 5, q. 1, a. 1, c]. Neste caso específico, a paixão pode conduzir o juízo do intelecto ao erro e relaciona a gnosiologia à moral, ou seja, de como as paixões em sua desordem moral podem influenciar negativamente na objetividade do conhecimento.

9. Conclusão: Depois da queda, com Cristo, a graça vivificou o espírito humano para, a partir dela e com ela, juntamente com o que a natureza estava munida e não perdera com a queda, procurar a verdade. Quis Deus preservar no homem tais princípios para que fosse partícipe desta busca da verdade. Deus poderia oferecer-lhe livremente toda a verdade, mas a sabedoria e a justiça divina são requeridas, pois assim o homem pode com liberdade e responsabilidade colocar os meios necessários para buscar a verdade. Se outrora livremente abandonou a verdade, agora livremente deve buscá-la, colocando o que há na natureza, com seu reto e efetivo exercício, a serviço da graça, para cada vez mais, no que se refere à verdade natural e, também, sobrenatural, aproximar-se mais e mais do que se distanciara originalmente.



Por isso, o que Deus inscreveu no coração do homem e que o orientava para a verdade e o bem não foi apagado do homem, mas com a queda o que antes era reto ficou desvirtuado de sua finalidade original, seja por causa do mau uso que se instaurou, decorrente da ignorância e da malícia conseqüentes da imoralidade original, seja por motivos de tantos outros vícios que se instauraram na vida do homem, que criaram dificuldades na busca da verdade, como a preguiça. Se o pecado 'engessou' a natureza para o mau uso dos seus princípios, com a graça 'amoleceu' para o bom uso dos mesmos, na medida em que supunha concomitantemente o empenho humano, o esforço que lhe disponha para o hábito do reto uso destes princípios na busca e alcance da verdade.